

UNIDADE 2 - Novos contornos da família na sociedade contemporânea

Olá, chegamos à Unidade 2 !!!

Nesta Unidade, vamos tratar dos seguintes temas: O conceito de **família como sociedade natural** e suas transformações históricas; As características, problemas e necessidades da **família na sociedade contemporânea**; e Políticas e programas sociais para a família brasileira: apoiar a **família para proteger crianças e adolescentes**.

Ao longo do século XX, houve uma grande transformação da sociedade brasileira e, com ela, também as famílias foram se transformando de modo cada vez mais acelerado.

Como material motivador das discussões que se seguem, convidamos você a assistir o documentário **Cemitério da Memória**. Caso você tenha dificuldade de acesso ao filme pelo link contido acima, abra uma nova janela em seu computador e nela acesse o portal www.portacurtas.com.br, buscando o filme pelo título. Volte ao texto após o filme!

O vídeo recomendado apresenta as transformações que se deram nas atividades realizadas em família, no lazer, nas comemorações festivas, nas formas de registro da memória familiar. Além das mudanças ali retratadas, deve-se incluir também no rol dos fatores que têm afetado intimamente as famílias: as mudanças de valores sociais que contribuem para o crescimento do individualismo e da competição, e que inibem as redes de solidariedade social, contribuindo para transformar a família em uma célula isolada, privada de apoio comunitário; o aumento expressivo da expectativa de vida no último século, implicando em responsabilidades ampliadas para com os velhos, ao mesmo tempo em que esses passam a representar uma fonte adicional de renda para muitas famílias, através de suas aposentadorias, e mesmo no apoio no cuidado dos netos; as mudanças nas relações de trabalho, que levam à exigência de maior dedicação do trabalhador, compensada com salários menores, e que também colaboram para a dissolução da fronteira entre trabalho e ambiente doméstico. A mediação das novas tecnologias de comunicação e informação tem levado a que se trabalhe mais tempo - em casa, à noite, nos fins de semana, privando a pessoa e a sua família do tempo para o lazer e atividades compartilhadas. Outros fatores, ainda, afetam o modo como as famílias se organizam e desenvolvem os vínculos entre seus membros, nos dias atuais, tal como o resumo deste **QUADRO**.

Diante desse cenário em constante transformação, fica a pergunta: A quais funções sociais responde a família na sociedade contemporânea?

A família contemporânea: definição e papéis

A família é um sistema complexo, composto por subsistemas integrados e interdependentes, que estabelece uma relação bidirecional e de mútua influência com o contexto sócio-histórico-cultural, no qual está inserida (MINUCHIN, 1985,1988; citado em DESSEN e BRAZ, 2005).

Não há uma única definição de família que seja objeto de consenso entre os estudiosos. Veja algumas definições encontradas: A família é a primeira sociedade natural e íntima, cuja função primordial é propiciar a construção do ser e a realização da personalidade de cada um de seus integrantes; A família é a estrutura básica permanente da experiência humana; A família é onde a criança tem os primeiros contatos com o mundo e na qual constitui as primeiras formas de compreensão da realidade; e A família constitui um sistema semi-aberto, necessariamente permeável às influências do ambiente externo, sendo também afetado pelos fatores sociais que caracterizam o contexto extra-familiar, em dado momento da história de um grupamento social.

Desse modo, o desenvolvimento da pessoa tem relação com o lugar ocupado por ela na família e os processos culturais mediados pelas atividades e significados que circulam no ambiente familiar.

Na atualidade, a consanguinidade e os laços biológicos têm sido cada vez mais substituídos por laços sócio-afetivos na definição da unidade constitutiva da família. Os seguidos rearranjos por que passa a família no processo de dissolução e reconfiguração de vínculos nos alerta que, em substituição à família nuclear, pode estar surgindo uma nova concepção de família.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

A família se desenvolve junto com seus integrantes

No curso de vida de seus integrantes, a família sofre transformações em sua organização. Compreender essas transformações ajuda-nos a reconhecer as especificidades da organização familiar e a trabalhar com as famílias.

Alguns processos são considerados **normativos**, outros são **não-normativos**.

As **mudanças normativas** envolvem praticamente todas as famílias de uma mesma cultura, que nem sempre as vivenciam de modo semelhante: nascimentos, mortes dos mais velhos, entrada dos filhos na escola ou na puberdade.

As **mudanças não-normativas** envolvem eventos que ocorrem em algumas famílias, mas não em todas: a perda de emprego por um dos cônjuges, a necessidade de mudança repentina de cidade, uma crise financeira que afete diretamente a família, a ocorrência de divórcio e ou a morte prematura de algum dos membros como vítima de violência, são exemplos desse tipo de mudanças. Esse segundo grupo de eventos, imprevisíveis e que podem gerar dificuldades profundas, exige grande resistência emocional dos integrantes para manter coeso o sistema familiar.

Entre as mudanças normativas, considera-se o nascimento do primeiro filho, um grande evento na dinâmica de vida do casal, que altera de modo importante o sistema familiar, levando os pais à necessidade de se organizar e ajustar. Quando os filhos são pequenos, a família deve contar com equipamentos sociais, tais como berçários e creches, ou com redes sociais de apoio ao cuidado das crianças, entre os quais os avós, vizinhos ou amigos. Quando a família não conta com qualquer suporte na criação dos filhos, as pressões sobre o casal se intensificam, tornando-se fontes de conflitos que podem comprometer os afetos e levar à separação.

A entrada na escola também se mostra crítica, expondo particularidades, que vão desde o acesso aos equipamentos escolares (escolas distantes ou a inexistência de escolas na comunidade), até questões culturais associadas ao déficit educacional dos pais e aos limites destes últimos em dar apoio ao processo de escolarização dos filhos. Aspectos como os agravos aos direitos de crianças e adolescentes no contexto das escolas (*bullying*, preconceito, violências) são outras questões a serem consideradas.

Quando os filhos tornam-se adolescentes, período que coincide com a meia-idade dos pais, novas demandas e problemas emergem, que também levam ao desenvolvimento familiar. A maior liberdade requerida pelos filhos, a necessidade de desafiar os pais, adquirir autonomia, "viver a rua" e a vida pública podem se converter em fontes de problemas, especialmente quando a tais eventos se associam o uso abusivo de álcool e o consumo de drogas, por exemplo.

Assim também quando os filhos ingressam no trabalho ou saem da casa dos pais, momentos que podem ser vividos por esses últimos quer como fonte de vazio existencial, quer como questão financeira (em contextos em que os mais velhos trabalham, ou cuidam dos mais novos para liberar os pais para o trabalho), quer como a conquista de maior autonomia e liberdade, em um momento de suas próprias vidas em que ainda são jovens para usufruir da tranquilidade da meia idade em novos projetos e alternativas de vida.

Outros aspectos que, na atualidade, induzem à reorganização e ao desenvolvimento familiar são: a articulação das relações transgeracionais, quando os velhos tendem a viver mais tempo; a instabilidade da vida econômica; as novas configurações familiares.

Transformações da família na história

No processo histórico, a organização e a função da família têm se transformado. Observamos que novas funções vão sendo delegadas enquanto outras são retiradas.

Quando olhamos para o passado longínquo da humanidade, identificamos que nos primeiros agregados sociais, a família era uma **unidade de reprodução sexual**, cuja função era quase exclusiva de caráter natural, orientada a mera conservação da espécie. Nessa época, os arranjos humanos eram efêmeros, não se dedicavam à formação de vínculos, fidelidade ou dependência entre os membros da família. Assim a família se organizou até a aparição dos primeiros clãs.

Com o surgimento das primeiras comunidades, e daí até a Idade Média, a família converteu-se em uma **unidade de trabalho e reprodução material** – o agrupamento familiar ganha uma importante função econômica, passando a funcionar tal como uma pequena empresa, na qual todos os membros trabalhavam e contribuíam coletivamente para o sustento dos demais. A família antiga era uma família extensa. Nas casas, mesclavam-se pessoas que mantinham entre si laços de consanguinidade e outros membros, tais como compadres, agregados e outros coabitantes temporários. Considerava-se, que quanto maior o grupo, maior sua capacidade produtiva. Por isso, a princípio, todos eram bem vindos ao seio da família.

A transição histórica para a modernidade e o advento da **família nuclear** transformaram a família em uma **unidade de afeto**. A função afetiva da família traduz-se no sentimento de coesão familiar, o que resulta em mudanças na formação e organização das famílias, traduzidas no: fortalecimento dos laços emocionais entre seus membros; emergência de um sentido de zelo e cuidado dos mais vulneráveis, tais como crianças e idosos; e compromisso com a formação moral e disciplinar de uns membros para com os outros e a comunidade.

Esse processo é parte de um cenário mais amplo, no qual são notadas muitas mudanças importantes na sociedade ocidental, conforme vimos na primeira Unidade.

Desafios da família na contemporaneidade

Vivemos na atualidade uma profunda **transformação das relações socio-afetivas** e, como efeito, da própria família.

As mudanças sócio-econômicas e culturais em curso, desde a segunda metade do século XX, afetam as famílias a partir de sua intimidade, e geram alterações importantes.

As **sociedades urbanas** atuais, organizadas em torno do consumo, nas quais o **trabalho** constitui o principal meio de acesso aos produtos de consumo, exigem dos trabalhadores uma parcela enorme de comprometimento e, em contrapartida, lhes oferece muito pouco. O foco principal da atenção de homens e mulheres trabalhadores(as) passa a ser sua manutenção na própria órbita do **capitalismo** (não desagradar o patrão, não perder o emprego, manter inalterada a capacidade de consumo, etc).

A instabilidade econômica pode converter-se em instabilidade emocional, levando os sujeitos a um estado contínuo de **vulnerabilidade psíquica**, traduzida em ansiedade, ambiguidade e incerteza.

Nesse contexto, quanto mais agudas as dificuldades econômicas vivenciadas pela família, maior é sua fragilidade em cumprir os complexos papéis que lhe são exigidos. Em muitos casos, diante das graves privações sócio-econômicas a que está exposta, as famílias necessitam transferir para o **Estado**, ou seus representantes, muitas de suas funções essenciais, tais como a educação, a saúde, a alimentação e a segurança da prole.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

Direitos das famílias pobres na contemporaneidade

A condição de pobreza se caracteriza pelo estado, temporário ou permanente, em que um segmento dos cidadãos está privado do acesso a recursos tais como água, saúde, educação, alimentação, moradia e cidadania, permanecendo excluído, em graus diferenciados, da riqueza social.

Até os períodos de crise econômica atingem de modo mais intenso os membros mais pobres da população do que os mais abastados, agravando a situação de vulnerabilidade e de exclusão nas quais já se encontram os primeiros.

Há dados que indicam que na longa crise econômica que se estendeu até 1999, enquanto os 5% mais ricos da população brasileira tiveram uma perda de 10% de renda, os 25% mais pobres perderam 20%. Vemos, com esse exemplo que até mesmo uma crise econômica contribui para acirrar a concentração de renda e a desigualdade, afetando mais aos pobres que aos ricos.

Considera-se papel do Estado, atuar para compensar a situação de vulnerabilidade em que se encontram os membros das famílias pobres, por meio de ações e programas significativos. Nas últimas décadas, os principais programas na área têm se caracterizado pela transferência de renda, de modo a garantir a todos os segmentos sociais o acesso a uma renda mínima.

Há estudos que evidenciam que os programas que contribuem efetivamente para a promoção da família mostram-se mais eficazes para a proteção da infância e da adolescência do que os que se dirigem exclusivamente ao segmento infanto-juvenil. Por outro lado, quando excluída do acesso aos bens sócio-econômicos e culturais mais básicos, a família encontra dificuldades para cumprir, até mesmo, a parte essencial que lhe toca na formação de vínculos, da identidade, e na proteção dos filhos crianças e adolescentes.

Durante décadas, no passado, a ação do Estado no campo da proteção às famílias pobres caracterizou-se menos pela proatividade que pela reação à insegurança social, sendo fortemente marcada pela filantropia e o paternalismo. A relação do Estado brasileiro com essas famílias era fundamentalmente de natureza assistencialista, tutelar e culpabilizante.

Complementando e aprofundando as aprendizagens

Você tem aqui a oportunidade de revisar, complementar e aprofundar os tópicos dessa Unidade, por meio da leitura do texto complementar da Unidade 2.

Após a leitura das primeiras seções do texto, volte ao conteúdo do Guia de Estudos.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Políticas sociais para a família brasileira

A **família** ocupa o centro do processo de reprodução social e, como tal, constitui um lugar decisivo quando se trata de intervir em realidades sociais indesejáveis, como a pobreza e o baixo capital humano.

As mudanças sociais que marcam a sociedade brasileira a partir do movimento de redemocratização, na década de 1980, culminaram com a institucionalização do **sistema de garantia de direitos da família, da infância e da adolescência**. Com isso, a relação entre o Estado, a sociedade e as famílias pobres vem se alterando.

A melhoria efetiva das condições sócio-econômicas das famílias brasileiras é notável. Entretanto, observamos que os processos que atingem positivamente alguns estratos da sociedade (que se vêem em posição de mais conforto e segurança), expõem outros estratos a uma situação de desigualdade ainda mais aguda, situação que tende a ser camuflada, ou naturalizada, quando se aponta a elevação das condições econômicas em todas as classes sociais da população brasileira.

A continuidade de programas sociais afinados com a **redução da condição de exclusão** e a **garantia de renda**, especialmente nos últimos anos, tem contribuído para induzir mudanças sociais mais duradouras, que já se tornam inclusive, objeto da atenção internacional. Além de um conjunto de iniciativas relevantes exercidas a partir de organizações da sociedade civil, que excederia o espaço deste texto relatar, exemplos de ações diretas do poder público são os programas na área de saúde e, mais recente, os programas de previdência extensivos às mulheres, entre os quais a licença-maternidade de 180 dias.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

Políticas sociais para a família brasileira: o Bolsa-Família

O Bolsa-Família é considerado um programa social inovador frente aos programas anteriores de combate à fome e à pobreza, nos quais o foco sempre foi o indivíduo. Ele responde a uma cultura de restauração do Estado de bem-estar social, que começa a ocupar a agenda social nos anos 1990, mediante iniciativas estaduais isoladas, e que, a partir de 2001, passa a ser regulamentada em nível federal, por meio do comprometimento com a garantia de renda mínima.

O Programa Bolsa-Família (PBF) foi criado em 2003 como uma política social integrada, desenvolvida com o fito de unificar quatro programas antes existentes (bolsa-escola, bolsa-alimentação, vale-gás e cartão-alimentação).

O PBF segue a tendência atual dos programas que têm por foco o sistema familiar, utilizando como critério de elegibilidade a renda familiar *per capita*. A utilização da renda como único fator de análise para a inserção no programa é objeto de crítica, sendo este fator considerado insuficiente para qualificar as distintas vulnerabilidades a que estão expostas as famílias, inclusive as que não são atendidas.

Para permanecer na condição de beneficiária do PBF, a família é instada a atender algumas condições, entre as quais a frequência sistemática dos filhos em idade escolar à escola e ao posto de vacinação, assim como das gestantes e crianças até seis anos ao centro de saúde para atenção primária e cuidados nutricionais.

O cumprimento, pelas famílias, das condições impostas ao beneficiário do PBF envolve uma infraestrutura de serviços em educação e saúde que depende grandemente dos municípios. As desigualdades existentes no Brasil se refletem em diferenças expressivas nas condições financeiras e administrativas dos diferentes estados e municípios brasileiros, o que afeta de modo agudo suas capacidades de responder às necessidades da população e aos novos papéis que lhes são requeridos.

Lavinas (2004, citada em SENNA e cols., 2008, p.90) alerta que, “ao ser exigido o cumprimento de obrigatoriedades como condição para o exercício de um direito social, os próprios princípios de cidadania podem estar ameaçados”. Tal cobrança se torna ainda mais problemática se considerarmos que não há outros mecanismos de acompanhamento das famílias além da cobrança de contrapartidas.

Políticas e programas sociais para a família brasileira: o Saúde da Família

O Saúde da Família tem por princípio básico a compreensão de que o cuidado familiar é o fundamento da atenção à saúde comunitária (SERAPIONI, 2005).

No Brasil, ele surge na esteira da perspectiva conhecida como o “cuidado comunitário”, o qual busca retirar as práticas de cuidado à saúde das instituições para inseri-las no contexto comunitário, na forma de ações que conciliam o esforço dos serviços públicos, das redes sociais da comunidade e de agentes e trabalhadores voluntários. Em outras palavras, o cuidado comunitário busca integrar a dimensão formal e informal das ações em saúde.

Na perspectiva comunitária, as famílias e redes informais da comunidade devem ser consideradas não apenas destinatárias da atenção à saúde, mas também sujeitos ativos que podem contribuir, com recursos próprios, para o processo de produção da saúde. Nesse sentido, é preciso ter em conta que não se trata de colocar os conhecimentos tácitos e práticas em saúde da comunidade para compensar as deficiências do sistema formal de saúde, mas colocar as duas dimensões em diálogo.

O Programa Saúde da Família é operacionalizado por equipes multiprofissionais lotadas em unidades básicas de saúde, que são responsáveis pelo acompanhamento de certo número de famílias residentes em uma região geográfica delimitada.

As equipes atuam diretamente com os membros da família, em ações de prevenção, manutenção e promoção da saúde, assim como de recuperação e reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. As ações se dão nas próprias unidades de saúde, nas residências dos assistidos e na comunidade, o que favorece um vínculo de compromisso e cor-responsabilidade entre equipe e população.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH): 150 permitidos com título obrigatório da fonte

Políticas sociais para a família: tensões e barreiras

Nas distintas políticas e programas sociais, persiste uma tensão latente entre interesses coletivos e limitações de natureza econômica.

Essas últimas são determinadas, em parte, pela complexidade da problemática enfrentada pelo Estado para implementar, acompanhar e fiscalizar ações públicas descentralizadas em um país de dimensões continentais e marcado por tão graves desigualdades como o Brasil. Mas, são determinadas da mesma forma pelos conflitos de interesses entre segmentos da população que detêm graus diferenciados de poder acerca do uso do dinheiro público.

Há os que veem com desconfiança a corresponsabilização entre Estado e sociedade na operacionalização de políticas públicas, perspectiva em consolidação desde o texto da Constituição brasileira de 1988, na qual transparecem tentativas de compensar a dificuldade do Estado em prover os cidadãos do acesso aos direitos constitucionais básicos.

Outro aspecto considerado é que algumas dessas políticas contêm um viés moral, ao beneficiarem de modo preferencial famílias estruturadas segundo uma lógica social hegemônica (heterossexuais, unidas por laços biológicos, com filhos em idade escolar, e idosos), enquanto se omitem frente à multiplicidade de outras configurações familiares presentes na nossa sociedade.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

UNIDADE 2 – Atividade de auto-aprendizagem

Retorne ao texto complementar, revise e aprofunde sua aprendizagem.

Agora, verifique seus conhecimentos adquiridos na Unidade 2, realizando a atividade de revisão de leitura disponível no ambiente virtual.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte